

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA: OS DESAFIOS PARA A PESCA ARTESANAL NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Autor(es)

Wilson Tadeu De Carvalho Eccard

Vinícius De Mattos Oliveira

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UCAM - UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES

Introdução

Por intermédio do fenômeno de intensificação das mudanças climáticas ao redor do globo terrestre, se identifica que o cenário atual representa um dos maiores desafios contemporâneos, se não o maior. Tal dinâmica impacta diretamente em questões socioambientais severas a todas as populações, especialmente em camadas mais vulneráveis, como no caso dos povos tradicionais da Região Norte do Brasil. Entre estas, destacam-se comunidades que atuam diretamente com a pesca, subsistência que depende completamente de dinâmicas hídricas e estabilidades ecológicas na Amazônia brasileira.

Dessa maneira, com o passar dos anos, gradualmente se expandem as secas prolongadas, cheias abruptas e alterações no regime pluviométrico, impactos derivados das mudanças climáticas. Assim, além de ameaçar todo um ecossistema, o contexto revela uma projeção de insegurança alimentar das pessoas, tornando-se imprescindível compreender como tais comunidades constroem mecanismos de resiliência e adaptação.

Objetivo

Buscou-se verificar a adequação à Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) das políticas desenvolvidas na Região Norte, especialmente no que tange a compreender como as comunidades ribeirinhas da Região Norte têm se adaptado frente às mudanças climáticas após a entrada em vigor da PNMC. Assim, se visa identificar medidas à proteção da biodiversidade e a efetividade de ações aos povos.

Material e Métodos

A presente pesquisa desenvolveu-se através de uma abordagem qualitativa, sendo exercida mediante o seu caráter de análise documental de legislações e bases científicas construídas ao longo dos últimos anos, especificamente relacionadas com experiências fenomenológicas e os comportamentos humanos na Amazônia.

Destarte, o material empírico coletado foi estruturado à medida que comportasse categorias específicas em relação ao processo de percepção dos impactos climáticos, ao processo de adaptação socioprodutiva, bem como aos arranjos institucionais de apoio. Nesse sentido, se destaca que a seleção das obras foi priorizada e selecionada com fulcro em textos interdisciplinares.

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Para tanto, desenvolveu-se uma metodologia voltada ao processo de extração de padrões, recorrências e lacunas sob a ótica desta investigação, além de realizar o exame das recentes políticas públicas e bases normativas, como a Lei nº 14.904/2024, diploma inerente ao campo da adaptação climática.

Resultados e Discussão

As expectativas demonstraram que somente através de um levantamento mais abrangente, seremos capazes de compreender o cenário atual em totalidade, realidade que demanda medidas concretas frente aos agravamentos climáticos. Assim sendo, preliminarmente foram observadas propostas paliativas, como a adoção de calendários flexíveis de pesca e o fortalecimento da solidariedade comunitária sobretudo em períodos de escassez.

Desse modo, tais instrumentos seguem no processo de adaptação às constantes mudanças que ameaçam a biodiversidade e os povos ribeirinhos, contudo, se vislumbra que tais estratégias são insuficientes quando confrontadas com o avanço de eventos extremos, diversas vezes em decorrência do desmatamento.

Todavia, evidencia-se que a ausência de infraestrutura adequada, a fragilidade organizacional de associações de profissionais da pesca, além da tradicional burocracia da administração pública, revela-se como entraves significativos ao futuro da pesca artesanal amazônica.

Conclusão

Conclui-se, que a resiliência presente na pesca artesanal amazônica se trata de uma realidade em desenvolvimento, sustentada pelas interações promovidas entre as práticas tradicionais e arranjos institucionais. Por conseguinte, resta conciso destacar que o Brasil ainda não cumpre com a PNMC, persistindo numa série de vulnerabilidades socioambientais, exigindo políticas públicas fiéis ao coletivo, capazes de harmonizar sobre preservação ambiental, justiça, economia, saúde e segurança alimentar.

Referências

BRANDÃO, D. O.; ARIEIRA, J.; NOBRE, C. A. Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, p. 249–270, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.904, de 27 de junho de 2024. Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14904.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

FEARNSIDE, P. M. Global warming in Amazonia: impacts and Mitigation. *Acta Amazonica*, v. 39, n. 4, p. 1003–1011, 2009.

LIMA, M. A. L.; DORIA, C. R. DA C.; FREITAS, C. E. DE C. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 73–90, maio 2012.